

12 a 16 de maio de 2008 - Nº 45

**O Parlamento do MERCOSUL e os biocombustíveis**

**A** produção de biocombustíveis têm sido destacada na imprensa internacional como sendo a principal responsável pela crise de alimentos que afeta o mundo. A relação entre a produção de biocombustível e a elevação de preços de alimentos é percebida, especialmente, no caso dos cereais. O trigo e o arroz, por exemplo, aumentaram 130% e 120%, respectivamente, no ano passado.

Alega-se que vários países, muitos deles desenvolvidos, priorizam o cultivo subsidiado de produtos agrícolas na busca da auto-suficiência em biocombustíveis. De fato, os Estados Unidos investem no milho para servir de fonte da obtenção de etanol, de modo a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Há quem aponte que o volume de milho exigido, atualmente, pelos automóveis norte-americanos sustentaria as necessidades de importação de 82 países, em que há reconhecida carência nutricional.

O debate sobre o tema já chegou às instâncias governamentais de muitos países e na ONU. De um lado, o Brasil se posiciona abertamente a favor do desenvolvimento e da difusão do uso dos biocombustíveis. De outro lado, a União Européia busca definir restrições para a utilização dessas formas de energia.

O próprio Parlamento do Mercosul tem se manifestado favoravelmente ao uso dessas fontes energéticas, evidenciando que o Brasil não está só nas suas posições. O Parlamento deverá aprovar, em sua próxima reunião, uma declaração de rejeição da tese de que a produção de

biocombustíveis na região do Mercosul reduz a oferta de alimentos no mundo e eleva seus preços. A proposta da moção partiu do Senador Aloizio Mercadante, na semana passada, e foi encaminhada à Comissão de Agricultura da Entidade. Após ser apreciada nessa Comissão, a proposta de moção voltará ao plenário do Parlamento.

Outros parlamentares têm emitido opiniões no mesmo sentido. Na semana passada, inclusive, um grupo da Frente Parlamentar em Defesa dos Biocombustíveis foi até o Parlamento Europeu, em Bruxelas, defender a sustentabilidade da produção desses combustíveis no Brasil.

A eficiência da produção brasileira de cana-de-açúcar, largamente reconhecida no exterior, é um dos grandes argumentos da Frente. Além disso, a área ocupada por plantações de cana-de-açúcar no Brasil alcança tão somente 2% do território nacional, sendo apenas metade dela destinada à produção de Etanol.

Como se vê, essas instâncias legislativas legitimam as decisões brasileiras, em torno de temas relevantes, que afetam diretamente o nosso desenvolvimento econômico social, na medida em que se relacionam a novas matrizes energéticas e ao direcionamento da política agrícola nacional. É que, quando se trata de alimentos e biocombustíveis, as nossas vantagens comparativas são inegáveis.

Isso tudo evidencia que o Senado Federal e os Senadores da República estão atentos às demandas sociais e dispostos a defender os interesses nacionais, perante quaisquer outros interesses.